

RESPOSTA AO RECURSO

Recife, 23 de janeiro de 2018.

Recorrente: E.C.S.F.

Assunto: Resposta ao Recurso nº 20170035201020523

Trata-se de resposta ao Recurso interposto por (nome oculto), no Portal da Transparência do Município do Recife, pelo qual teço as seguintes considerações:

Inicialmente, cabe ressaltar que a Gerência Geral de Gestão de Pessoas desta Secretaria apresentou resposta ao Pedido de Acesso à Informação em epígrafe, com a finalidade de prestar os devidos esclarecimentos aos questionamentos suscitados pela ora recorrente.

Na ocasião foi informado que, em 17/11/17, Dr. Emanuel Messias, médico perito chefe, encontrava-se na Unidade de Perícias Médicas para realizar perícias processuais (aposentadorias por invalidez, inquéritos administrativos, readaptações de funções); não tendo servidores agendados pelo Sistema de Perícias Médicas para atendimento presencial, uma vez que o mencionado Sistema destina-se à marcação de consulta para homologação de licença para tratamento de saúde, licença maternidade e licença por motivo de doença em pessoa da família.

Na oportunidade, também foi narrado que a recorrente, em 16/11/17, às 12h:46min., recebeu uma ligação, através do telefone da marcação de consulta da Unidade de Perícias Médicas, número (81) 3355-9389, com o fito de comunicar que o atendimento da perícia agendada para o dia 20/11/17 seria realizado pelo médico perito chefe, Dr. Emanuel Messias, conforme indicação no prontuário da servidora, datado de 03/10/17. Por sua vez, no mesmo dia, a servidora retornou contato com a Perícia Médica e solicitou documento por escrito sobre o motivo do agendamento para o médico chefe.

Foi esposado, ainda, que a ora recorrente, em 17/11/17, compareceu à Unidade de Perícias Médicas e foi sugerido verbalmente a antecipação, para esta data, da perícia anteriormente agendada para o dia 20/11/17, porém houve recusa da mesma. Na tentativa de resolver a questão e também a pedido da servidora, a perícia agendada para o dia 20/11/17, com o médico perito chefe, Dr. Emanuel

Messias, fora remarcada para o dia 23/11/17, com a médica Dra. Kátia Tavares. Ademais, a escolha do médico perito não cabe ao servidor, mas sim a designação compete a gestão da Unidade que verifica a disponibilidade de agenda dos médicos, bem como outros fatores como especialização e prática interna do setor que indica o médico perito.

Foi relatado, por fim, que a Unidade de Perícias Médicas se dispõe a apresentar cópia do documento do Sistema de Perícias Médicas referente aos agendamentos em favor da servidora nos dias 20/11/17 e 23/11/17, mediante comparecimento pessoal à Unidade e com o devido atesto do servidor público que a cópia do documento confere com o original, assegurando o preceito ético de sigilo das informações referentes aos outros pacientes.

Nesse diapasão, cabe salientar que os atos administrativos são revestidos de atributos, dentre os quais se destaca a presunção de veracidade. O agente público atuando em função do seu cargo estará adstrito às normas que regem a atividade pública; em outras palavras, os atos de um agente público, quando de natureza administrativa, gozam dos prefalados atributos, inclusive, presunção de veracidade e fé de ofício. Assim, considera-se autêntica a cópia de documento mediante atesto do servidor público de que confere com o original.

No mesmo sentido, o Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe o seguinte:

“Art. 1º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
(...)

VIII - articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.

(...)”.

E ainda:

“Art. 10. A apresentação de documentos por usuários dos serviços públicos poderá ser feita por meio de cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação de cópia de documentos poderá ser feita, por meio de cotejo da cópia com o documento original, pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado.

(...)”.

Desta feita, resta demonstrado que a Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas prestou as informações de forma clara e precisa no âmbito de sua competência, assegurando a ora recorrente o amplo acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Diante do exposto, **ratifico** a resposta apresentada pela Gerência desta Secretaria, em todos os seus termos.

Sem mais para o momento, renovo protesto de elevada estima e consideração.

Bruno Alves Carneiro

Diretor Executivo de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas

